


TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL

ITEM	DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS	UNID.	QDADE	PREÇO MÁXIMO UNITÁRIO	PREÇO MÁXIMO TOTAL	INTERVALO MÍNIMO
01	<p>Álcool isopropílico (Isopropanol), fórmula molecular C₃H₈O, concentração de 99,8%, com prazo de validade não inferior a 01 ano da data da entrega. Embalagem individual de 1 litros com tampa/bico dosador.</p> <p>(ver documentos de habilitação específicos para este item)</p>	UNIDADE	20	30,84	616,80	0,10
02	<p>Copo de vidro liso transparente para água, cilíndrico, diâmetro de 6 cm, altura de 13 cm, capacidade mínima de 300 ml.</p> <p>Detalhes do copo: bordas em friso preto, com a inscrição TRE-MS em preto e pintura do Brasão da República em 06 (seis) cores (conforme modelo abaixo).</p> 	UNIDADE	500	22,33	11.165,00	0,05
03	Extensão elétrica padrão ABNT em cabo PP <u>2x2,50 mm²</u> , com plugue e tomada padrão brasileiro, 20A, medindo 10 m.	UNIDADE	100	113,95	11.395,00	0,50
04	Grampeador de mesa semi-industrial , com regulador para grampos 23/6 a 23/13, capacidade para grampear, no mínimo, 60 folhas de 75 g/m ² de uma só vez, estrutura metálica, com sistema de recarga, tamanho grande.	UNIDADE	50	61,87	3.093,50	0,50

	<i>Produto(s) de referência: Hélios Carbex, Ret-Lit ou similar</i>					
05	Porta-crachá , em plástico transparente, com dois furos, presilha metálica e cordão transparente em PVC ou silicone, medindo 8 X 12 cm (aceita-se variação para + de 0,5 cm). Pacote com 50 unidades. <i>Produto de referência: DAC ou similar</i>	PACOTE	150	38,33	5.749,50	1,00
06	Protetor para crachá , em PVC rígido e transparente, com furo para presilha tipo jacaré, para crachá tamanho padrão (54x85mm) - sem cordão e sem presilha. Pacote com 10 unidades.	PACOTE	10	7,81	78,10	0,10
07	Prendedor metálico para porta-crachá (Catmat 321475). Pacote com 10 unidades.	PACOTE	25	14,00	350,00	0,05

1.1. Em caso de divergência entre a descrição dos materiais indicada no SIASG/COMPASNET e a constante deste Termo de Referência, prevalecerá esta última.

2. A indicação de produto de referência feita na descrição de alguns itens é apenas orientativa, correspondendo aos produtos que serviram de base para a coleta das características/especificações dos materiais a serem adquiridos, nos termos do Acórdão nº 2401/2006 do Tribunal de Contas da União.

2.1. A empresa licitante poderá ofertar produtos **similares** aos de referência, desde que atendam às especificações exigidas e apresentem padrão de qualidade e desempenho equivalentes.

2.2. Uma vez que os fabricantes podem alterar as características de seus produtos a qualquer tempo e sem prévio aviso, é de responsabilidade da empresa licitante, que pretenda cotar produto indicado como referência, a certificação de que o produto cotado mantém-se de acordo com as especificações exigidas.

2.3. Em virtude do exposto na primeira parte da cláusula 2.2 acima, a cotação pela empresa licitante de produto indicado como referência não condiciona o TRE/MS à classificação da proposta e/ou à aceitação do produto quando de sua entrega.

3. Reserva-se ao TRE/MS a faculdade de exigir a apresentação de amostra do produto cotado pela empresa vencedora, de modo a comprovar o atendimento às especificações exigidas.

CAPÍTULO IV – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E DO RECEBIMENTO DOS MATERIAIS

1. Havendo necessidade de material cujo preço foi registrado, a Unidade Requisitante fará a solicitação, mediante requisição de fornecimento, indicando sua descrição, quantidade e preço registrado, bem como o endereço de onde deverá ser realizada a entrega dos

materiais.

1.1. Caberá à unidade requisitante a definição do modelo de requisição a ser adotado, bem como da forma de seu envio à empresa fornecedora (por. ex.: em mãos, fax, correio-eletrônico).

2. A(s) empresa(s) fornecedora(s) deverá(ão) entregar os materiais, na Seção de Patrimônio e Almoxarifado deste Tribunal, sito na Avenida Julio de Castilhos, 331 (entrada pela rua lateral: Vespasiano Martins) – Vila Alba, Campo Grande/MS, na cidade de Campo Grande/MS.

2.1. A empresa poderá agendar previamente o dia, horário e local para a entrega dos materiais.

2.2. O agendamento será realizado por servidor da Seção de Patrimônio e Almoxarifado, no horário de 12:00 h às 18:00 h, de segunda à sexta-feira, através do telefone (67) 3361-0016.

2.3. A Seção de Almoxarifado e Patrimônio está se preparando para mudança de prédio. O novo endereço será na Rua Delegado José Alfredo Hardmann, n.º 184, Jardim Veraneio, Campo Grande/MS. A empresa, ao receber a nota de empenho, deverá se certificar em qual local deverá realizar a entrega (endereço novo ou antigo).

3. O PRAZO MÁXIMO DE ENTREGA é de **30 (trinta)** dias corridos, contados do recebimento da Nota de Empenho ou da Requisição de fornecimento.

3.1. Fica a licitante vencedora obrigada a enviar aviso de recebimento das mensagens eletrônicas que lhes são enviadas. Caso não o faça, considerar-se-á ciente do seu conteúdo, no 1º dia útil seguinte ao seu envio.

4. Caso a empresa verifique a impossibilidade de cumprir com o prazo de entrega estabelecido, deverá encaminhar ao TRE/MS solicitação de prorrogação de prazo de entrega, da qual deverão constar: motivo do não cumprimento do prazo, devidamente comprovado, e o novo prazo previsto para entrega.

5. A solicitação de prorrogação de prazo será analisada pelo TRE/MS na forma da lei e de acordo com os princípios de razoabilidade e proporcionalidade, informando-se à empresa da decisão proferida.

6. Em caso de denegação da prorrogação do prazo de entrega, e caso não cumpra o prazo inicial, o fornecedor ficará sujeito às penalidades previstas para atraso na entrega.

7. O recebimento provisório e definitivo dos materiais ficará à cargo da Seção de Patrimônio e Almoxarifado (SPA), conforme descrito a seguir.

8. O recebimento provisório será efetuado no momento da entrega, ou em até 2 (dois) dias úteis desta, compreendendo, dentre outras, as seguintes verificações:

a) os materiais deverão estar em suas respectivas embalagens originais, se cabível, com a indicação da marca/modelo na embalagem e/ou no próprio material, bem como das demais características que possibilitem a correta identificação do material;

b) condições da embalagem e/ou do material;

c) quantidade entregue;

d) apresentação do documento fiscal, com identificação do fornecedor e do comprador (TRE/MS), descrição do material entregue, quantidade, preços unitário e total.

9. Atendidas as condições indicadas na cláusula 8 acima, será registrado o recebimento provisório mediante atestado no verso da Nota Fiscal, ou, em termo próprio.

9.1. O atestado de recebimento registrado em canhoto de nota fiscal, ou documento similar, não configura o recebimento definitivo do material.

10. O recebimento definitivo deverá ser efetuado em até 5 (cinco) dias úteis, contados da

data do recebimento provisório, satisfeitas as condições abaixo:

- a) correspondência de marca/modelo do material com os indicados na nota de empenho ou proposta da fornecedora;
- b) compatibilidade do material entregue com as especificações exigidas neste Termo de Referência e constantes da proposta da empresa fornecedora;
- c) realização de testes, quando previstos no Termo de Referência ou caso a unidade recebedora entenda necessário;
- d) conformidade do documento fiscal quanto à identificação do comprador (TRE/MS), descrição do material entregue, quantidade, preços unitário e total.

11. Verificada alguma falha no fornecimento, será feito o registro formal e informado à empresa fornecedora, para que proceda à sua correção no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.

11.1. Ao prazo previsto neste item, aplica-se o disposto nos itens 4 a 6 deste Capítulo.

12. Competirá ao fornecedor arcar com ônus da retirada dos materiais cujas características se mostrem diversas das exigidas no instrumento convocatório.

13. O TRE/MS providenciará a guarda do material entregue em desconformidade por 60 (sessenta) dias, contados da notificação ao fornecedor.

13.1. Decorrido o prazo disposto na cláusula anterior, e não sendo retirado o material pelo fornecedor, o Tribunal não mais se responsabilizará pela guarda dos produtos, restando autorizado a promover a destinação que melhor aprover ao interesse público.

14. Reserva-se ao TRE/MS o direito de não aceitar material cuja qualidade seja comprovadamente baixa.

CAPÍTULO V – DA NOTA FISCAL/FATURA E DOS DOCUMENTOS QUE DEVEM ACOMPANHÁ-LA

1. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida, preferencialmente, em meio eletrônico e conter a indicação do material e/ou serviço prestado, conforme a discriminação da Nota de Empenho, quantidade, e os preços unitário e total.

2. Para fins de atendimento a **IN/RBF 1.234, de 11/01/2012** (alterada pela IN/RBF nº 1.244/2012), a empresa deverá informar no documento fiscal os valores detalhados das contribuições federais a serem retidos na operação, exceto se a empresa for OPTANTE PELO SIMPLES.

CAPÍTULO VI – DO PAGAMENTO

1. O pagamento será efetuado, mediante depósito em conta-corrente registrada em nome da pessoa jurídica vencedora do certame licitatório, no prazo de 7 (sete) dias úteis após o recebimento definitivo pela fiscalização e/ou do recebimento do documento fiscal.

2. O procedimento de pagamento da Nota Fiscal só se efetivará após o Recebimento Definitivo e mediante a comprovação da existência de conta bancária válida e ativa em nome da empresa, além da regularidade fiscal (INSS/FGTS) e trabalhista.

3. Será retida na fonte, caso a empresa não seja OPTANTE PELO SIMPLES, sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura, a alíquota dos seguintes impostos:

- a) Imposto de Renda, Contribuição Social Sobre Lucro Líquido-CSLL, Cofins e Pis/Pasep, nos termos da Lei 9.430/96, salvo opção da empresa pelo SIMPLES – Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e empresas de Pequeno Porte, hipótese em que o fornecedor deverá comprovar a Opção;

- b) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, se este for devido.

4. Em caso de atraso no pagamento por parte do Tribunal, os valores a serem pagos serão atualizados, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do

efetivo pagamento, mediante a aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos Moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado: $i = \text{taxa percentual anual do valor de } 6\%, I = i / 365 \quad I = (6/100) / 365$.

CAPÍTULO VII – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. As sanções administrativas estão disciplinadas na Ata de Registro de Preços (minuta constante do Anexo II do Edital).

CAPÍTULO VIII - DOS DIREITOS E DEVERES DO TRE/MS

1. Requisitar o fornecimento dos materiais, na forma prevista neste Termo de Referência e na Ata de Registro de Preços (Minuta – Anexo II).
2. Exigir do fornecedor o fiel cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação.
3. Verificar a manutenção pelo fornecedor das condições de habilitação estabelecidas na licitação.
4. Aplicar penalidades ao fornecedor, por descumprimento contratual.
5. Efetuar o pagamento ao fornecedor, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos neste Termo de Referência.

CAPÍTULO IX - DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

1. Realizar o fornecimento decorrente desta contratação na forma e condições determinadas no Edital, neste Termo de Referência e na Ata de Registro de Preços (Minuta – Anexo II).
2. Manter, durante todo o prazo de execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de habilitação da licitação.
3. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionada ao fornecimento, sendo de inteira responsabilidade do fornecedor a contratação de funcionários necessários à perfeita execução do fornecimento.
4. Receber os valores que lhe forem devidos pelo fornecimento dos produtos, na forma disposta neste Termo de Referência.

Campo Grande/MS, junho de 2020.

TRE/MS



Documento assinado eletronicamente por **SÔNIA APARECIDA GRANJA ANELLI, Técnico Judiciário**, em 29/06/2020, às 13:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0850682** e o código CRC **DE42BFC4**.